

As tarefas dos intelectuais, hoje

Ivo Tonet*

Introdução

Delimitemos um pouco o tema. Sucessivas derrotas, ao longo deste últimos cento e cinquenta anos, levaram a perspectiva do trabalho¹ a uma situação extremamente difícil. Não há como enfrentá-la sem refletir cuidadosamente sobre os acontecimentos que marcaram estes anos, de modo a poder orientar a atuação futura. Nossa intenção, nesse texto, contudo, é bem modesta. Pretendemos apenas contribuir para pensar por onde passa o eixo das tarefas dos intelectuais de esquerda, neste momento. Vale dizer, daqueles intelectuais que não abandonaram a convicção de que a superação radical da forma de sociabilidade regida pelo capital é uma aposta digna de ser sustentada. O que fazer, neste momento em que tudo o que parecia sólido se desmanchou no ar? Cremos que, antes de decidir enfrentar novas batalhas, vale a pena procurar entender como chegamos a esta situação. Certamente isto nos ajudará a responder a pergunta acima.

1. Dois grandes paradoxos

A situação em que nos encontramos hoje é caracterizada por dois grandes paradoxos. O primeiro: a necessidade e a inviabilidade da revolução. O segundo: a necessidade e a inviabilidade da teoria revolucionária. Expliquemo-nos.

1.1.

Necessidade e inviabilidade da revolução.

Seja dito, antes de mais nada, que por revolução não entendemos apenas, nem principalmente, um acontecimento de caráter político, mas antes a superação radical desta forma de sociabilidade, cuja raiz é a propriedade privada². O que implica a subversão da sociedade em todos os seus aspectos, a partir da sua raiz econômica. É neste sentido que entendemos ser, hoje, a revolução uma necessidade para a humanidade. E não uma necessidade qualquer, mas uma necessidade absoluta. No exato sentido de que ela é uma condição *sine qua non* para que a humanidade possa aceder a um patamar superior. Temos consciência de que só a sustentação desta afirmação requereria, por si só, muito mais do que todo esse texto. Como já abordamos, de alguma forma, essa questão em outros escritos

* Prof. do Dep. de Filosofia da UfAL e doutorando na UNESP.

¹ Por perspectiva do trabalho entendemos aquele projeto sócio-histórico que tem por fundamento a classe trabalhadora surgida com o capitalismo e cujos elementos fundamentais foram expressos por Marx e Engels.

² Para evitar mal-entendidos, esclarecemos que a essência da propriedade privada não tem um caráter jurídico-político, mas é, antes de mais nada, uma relação social de apropriação que se configura no processo produtivo e

(1997), permitimo-nos, aqui, fazer apenas alguns argumentos extraídos do momento histórico atual. O primeiro deles, enfatizado por Mészáros (1995) é o da existência de limites absolutos do capital. Entenda-se bem. O autor não quer dizer que a história tem uma trajetória linear e que, neste sentido, o capital iria, aos poucos, inevitavelmente, chegar a um limite absoluto. Esta seria uma visão catastrofista. O que ele quer dizer é que se é da essência do capital expandir-se continuamente, também é da sua essência ver-se sempre constringido a operar no interior de limites impostos por sua natureza, que lhe permitem ajustamentos, mas nunca a superação total deles. Porém, ao nosso ver, há algo mais que caracteriza este momento histórico. Parece-nos que atingimos, hoje, um momento na história em que a reprodução do capital põe a humanidade diante de problemas de uma gravidade nunca vista. E neste sentido se daria, hoje, uma aproximação mais intensa destes limites absolutos. Em resumo, está posta uma contradição cada vez mais aguda entre um desenvolvimento tecnológico intenso, que possibilita uma imensa produção de bens, e a forma das relações de produção, que limita a realização do valor. Dito de outro modo. A possibilidade de produção é muito maior do que a possibilidade de consumo. Obviamente, não por falta de pessoas carentes, mas de pessoas que tenham condições de consumir. Daí a necessidade de destruir – ou pela rápida obsolescência ou até fisicamente e pelo desperdício – não só a mercadoria, mas também a própria força de trabalho. Não é necessário exemplificar os custos altíssimos que esta situação absurda tem para a humanidade. Em outros momentos da história do capitalismo também houve crises, porque isto é da essência dele. Porém, a diferença deste momento – já por muitos sublinhada – é que, hoje, este exército de trabalhadores de reserva, ainda que cumpra algumas das funções do antigo exército industrial de reserva, já não terá possibilidade de voltar a ser utilizado. Ou seja, está simplesmente condenado à exclusão. A este momento histórico parece-nos que se aplicaria, com muito mais propriedade, aquela avaliação de Marx e Engels, de 1848, segundo a qual o capitalismo teria atingido o limite das suas possibilidades de expansão e estaria maduro para a revolução. Ainda assim, para hoje, ponhamos um *granus salis*: possibilidades de expansão que possam, de alguma forma, trazer melhorias para o conjunto da humanidade.

Um segundo argumento, também desenvolvido por Mészáros e relacionado com o primeiro, diz respeito ao caráter essencialmente incontrolável do capital. Aliás, este argumento, embora com outra roupagem, pode ser encontrado num texto de Marx, de 1844, intitulado *Glosas críticas marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano*. Nele, Marx deixa claro que a sociedade civil é o fundamento ontológico do Estado,

que, então sim, se expressa na esfera jurídico-política. É importante frisar isto, porque a mera abolição jurídico-política da propriedade privada não caracteriza efetivamente uma revolução socialista.

de modo que é absurdo pedir a este que elimine os males sociais produzidos por aquela. É o que também, de outro modo, afirma Mészáros. Segundo ele, é na própria essência do capital que reside o mecanismo que o impulsiona a se reproduzir ampliadamente, de modo que nenhuma força externa pode fazer frente a esta lógica. Daí que o autor conclua que o capital só pode ser superado – pela contraposição de uma outra lógica – mas não controlado. É, portanto, uma ilusão (perseguida não só pelos liberais de todos os matizes, mas também pela ampla maioria dos que hoje se consideram socialistas) pensar que o Estado e/ou a sociedade civil (entendida num sentido político) – sejam eles nacionais ou internacionais – possam impor limites intransponíveis ao capital, com o fim de barrar-lhe a sua perversa trajetória

Desta situação decorre o terceiro argumento: a extraordinária degradação da vida humana. Quanto a isto, os aspectos são inúmeros e saltam aos olhos. Gostaríamos de fazer alusão apenas a alguns, que caracterizam especificamente esta situação atual. Em primeiro lugar, a nulificação do próprio e principal produtor da riqueza, que é o trabalhador. É certamente próprio do sistema capitalista explorar, de muitas formas, o trabalhador. Mas colocar-lhe a mera sobrevivência, ao nível mais precário, e até o perecimento como perspectiva de vida, é algo assustador, exatamente porque não são o resultado – como, de certa forma, no passado, do insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, – mas da sua extraordinária intensificação, evidentemente sob a regência da sua lógica.

Em segundo lugar, a submissão direta do Estado aos interesses do capital. Costuma-se criticar o *Manifesto*, de 1848, por reduzir o Estado a um instrumento direto dos interesses da burguesia. Sem entrar no mérito desta crítica, o Estado está, hoje, para além da sua essência de opressão de classe, cumprindo exatamente a função de “comitê executivo dos negócios da burguesia”. Neste sentido, gostaríamos de fazer alusão a algo muito sintomático, que está em curso. Trata-se do pouco conhecido, mas extremamente significativo, AMI (Acordo Multilateral de Investimentos). É um acordo, negociado no âmbito da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) desde 1995, que estabelece as bases para a redistribuição do poder mundial. Segundo a LAFIS – pesquisa e investimento em ações na América Latina, em artigo publicado na revista Carta Capital, ano III, n. 78, de julho de 1998, – este acordo garante ao capital “o direito absoluto de investir sem nenhum tipo de restrição e a obrigação dos governos de garantir plena rentabilidade a esses investimentos. Ou seja, intervenções estatais que possam limitar a lucratividade dos investimentos terão que ser indenizadas pelos respectivos governos” (p. 53). Porém, não se trata só de garantir o ressarcimento de alguma perda sofrida, mas até de potenciais ganhos não efetivados por causa de medidas governamentais ou ações populares. E mais grave ainda é que não é imposta nenhuma obrigação ou responsabilidade aos investidores, como também

não é contemplado nenhum direito aos Estados (evidentemente dos países periféricos) e cidadãos de defenderem-se contra qualquer ação dos investidores. É algo simplesmente inacreditável. A garantia, obviamente respaldada pela força político-militar dos Estados de origem, de todos os direitos e nenhum dever para o capital. Com o que a tão decantada participação democrática popular fica reduzida a um mero simulacro. Situação que faria Rousseau corar de vergonha com a sua teoria da vontade geral.

Em terceiro lugar, o esvaziamento de toda busca por um sentido de vida mais digno. Não é a toa que se fala tanto em fim das ideologias, fim da história, fim da utopia, fim da ciência. A aspiração a uma vida mais cheia de sentido foi reduzida ao mero direito de sonhar, porém sem nenhuma base real. O homem não é limitado apenas a ser mercadoria, mas a ser uma mercadoria descartável. Na verdade, agora configura-se, em sua plenitude, aquilo que foi designado por Hobbes como o “bellum omnium contra omnes”. Pois não é outro o sentido das idéias em voga de competitividade e qualidade total. A contrapartida desta verdadeira guerra civil – de classes – são as chamadas “políticas sociais”, que supostamente assistiriam os desvalidos neste breve (!) momento de transição para uma situação melhor.

É esta situação dramática, da qual apenas assinalamos alguns aspectos essenciais, que põe a humanidade diante de um dilema crucial: socialismo ou barbárie; revolução – política, mas com “alma social”, conforme acentuava Marx nas *Glosas críticas* – ou reprodução cada vez mais intensa e perversa da barbárie. E é uma enorme ilusão – que certamente custará muito caro – agarrar-se, sob o pretexto de que o socialismo não está no horizonte, à idéia de que é preciso “fazer o possível” (deixando o desejável para as calendas gregas), quando o possível, no caso de países como o Brasil, é apenas pleitear um papel menor neste teatro de horrores. Ilusão maior ainda quando se pensa ser viável – conquistado (?) este papel menor – preocupar-se, então, com o desejável.

Contudo, se atentarmos para outros aspectos desta mesma situação, veremos que a revolução não é, de fato, algo que esteja no horizonte. Tanto que defendê-la, – mesmo em termos de possibilidade ontológica, – é motivo de chacota por parte da maioria dos bem pensantes. O mais grave, porém, é que após cento e cinquenta anos de sucessivas derrotas, o projeto de superação, pela raiz, da sociabilidade capitalista se encontra numa situação tremendamente complicada; uma situação em que *não há nem sujeito nem objeto* adequados à realização de uma empreitada revolucionária. Voltaremos a estas questões mais adiante, para precisar bem o seu sentido e para atribuir um conteúdo inteiramente diverso à categoria do possível.

1.2 – Necessidade e inviabilidade da teoria

Quanto à necessidade da teoria. Certamente todos já ouviram ou leram a célebre afirmação de Lênin: sem teoria revolucionária, não há revolução. Posta a questão neste nível de generalidade, certamente não haverá nenhuma discordância. Não há dúvida de que é preciso conhecer a realidade, não só para poder transformá-la, mas também para delinear os traços gerais do objetivo a ser atingido e os meios a serem empregados. E como a realidade, na perspectiva marxiana, é um complexo de essência e fenômeno, é indiscutível a importância do trabalho filosófico-científico no processo de conhecê-la. E se a elaboração teórica é necessária sempre, para que a prática seja lúcida, muito mais isto é verdade quando se trata de uma situação tão difícil e complexa como a atual. Querer lutar contra o capital, que se serve de um imenso aparato científico; querer transformar o mundo sem um sólido conhecimento da realidade é candidatar-se antecipadamente ao fracasso. Se o conhecimento não garante o sucesso, sem ele o insucesso é inevitável. Como e por quem é elaborado este conhecimento são outros problemas, de decisiva importância, mas que não vêm ao caso aqui.

Quanto à inviabilidade. Antes que isto gere um mal-entendido, no sentido da desmotivação ou do derrotismo, expliquemo-nos. Entendemos, aqui, por teoria, um conjunto articulado de conhecimentos, filosófico-científicos, a respeito do fim a ser atingido, do estado da realidade a ser transformada, do sujeito revolucionário e dos seus oponentes e dos meios e estratégias a serem utilizados. Ainda mais, por teoria não entendemos nem a generalização dos dados empíricos nem a elaboração de modelos ou tipos ideais a serem testados ou utilizados na explicação da realidade. Para nós, na esteira de Marx, teoria significa a tradução racional do complexo processo real, trabalho este que possibilitará entrever as possíveis tendências de desdobramento. Com isto, estamos querendo enfatizar a prioridade ontológica do objeto sobre o sujeito no processo de conhecimento. De modo que não estamos afirmando a inviabilidade de toda elaboração teórica, mas apenas dirigindo o foco para a questão do que é ou não é possível realizar neste momento. A determinação ontológica disto nos parece da maior importância para que se evite que a subjetividade, impulsionada por motivos éticos ou políticos e cedendo à centralidade epistemológica do sujeito, hoje dominante, se extravie e passe a elaborar teorias que são muito mais projeções do desejo do que análises cuidadosas do processo real..

Ora, a elaboração da teoria requer um *sujeito* e um *objeto* adequados. Afirmação que parece óbvia, mas não nos aspectos que pretendemos destacar. Quanto ao sujeito. O que nos importa ressaltar é que o sujeito implica dois momentos: o momento da individualidade e o momento da universalidade. Não creio que restem dúvidas sobre a importância do papel da individualidade. Mas é importante frisar que na própria composição da individualidade já entra o momento da universalidade, ou seja, daquelas objetivações que a humanidade

produziu ao longo da sua trajetória, objetivações estas que, em momentos diversos podem impulsionar ou refrear o avanço do conhecimento. O exemplo do próprio Marx é significativo. Sua genialidade teve um papel indiscutível, mas não se pode esquecer do papel igualmente importantíssimo que exerceram as elaborações de um conjunto de pensadores que o precederam. É sobre as consequências deste último aspecto, ou seja, da possibilidade de que o estado em que se encontra o instrumental teórico dificulte o progresso do conhecimento, que queremos insistir mais adiante, embora tenhamos claro que os dois momentos – individualidade e universalidade –, ainda que guardando uma especificidade própria, estão intimamente articulados. Quanto ao objeto. É óbvio que sem objeto não há possibilidade de conhecimento. Mas não é disto que se trata. Em diversos momentos da sua obra, Marx ressalta que não basta o esforço de uma individualidade, ainda que qualificada, para que se produza conhecimento científico. É preciso que o objeto se ponha de modo adequado. Em dado momento (1982, III: 392), diz ele: “Não basta que o pensamento tenda à realidade, é preciso que a realidade mesma tenda ao pensamento”. Em outro momento, referindo-se à situação dos economistas alemães, afirma que aconteceu um descompasso entre eles e o objeto, ou seja, quando eles tinham condições subjetivas de produzir ciência o objeto (a realidade alemã) não estava maduro e quando o objeto amadureceu eles já não dispunham de condições de possibilidade subjetiva de apreendê-lo. É ainda conhecida aquela observação dele de que é a anatomia do homem que explica a anatomia do macaco e não o contrário. E vale ainda lembrar a referência à impossibilidade de Aristóteles, apesar da sua genialidade, poder apreender o trabalho abstrato, dada a sua quase absoluta inexistência. Com tudo isto, quisemos ressaltar a ênfase que Marx confere à presença de um objeto maduro, quer dizer, explicitado em seus elementos essenciais, como condição de possibilidade de sua apreensão.

Em alguns momentos da história, como vimos, há um desencontro entre sujeito e objeto. Em outros momentos, porém, estão ausentes tanto o objeto, que não está suficientemente maduro, quanto o sujeito (historicamente formado), que está desaparelhado para apreendê-lo. O que certamente torna a situação muito mais complicada. É o que caracteriza, segundo pensamos, o momento atual. Dado o essencial extravio da racionalidade e a falta de maturidade do objeto (mundo atual), estão ausentes os dois elementos essenciais para a produção de uma teoria revolucionária que possa orientar lucidamente as lutas sociais. O significado e as causas da imaturidade tanto do sujeito como do objeto é o que veremos a seguir.

2. Como chegamos a esta situação?

2.1 – A trajetória da esquerda

A tese que gostaríamos de expor, resumidamente, é a seguinte: A derrota da esquerda (nunca inevitável) não começa apenas com a inflexão contra-revolucionária da revolução soviética, qualquer que seja a data atribuída a este fato, mas ainda na segunda metade do século XIX, envolvendo um momento teórico e um momento prático.

Partimos da concepção de que a teoria marxiana instaura um novo patamar científico-filosófico, que rompe radicalmente – o que, obviamente, não invalida a continuidade – com o pensamento tradicional. A essência desta ruptura está, ao nosso ver, na descoberta da radical historicidade e socialidade do ser social. O que confere ao seu pensamento um caráter ontológico, vale dizer, um pensamento para o qual a determinação do que é o ser social é o problema central e fundante. E cuja clarificação inicial – pelo menos em nível essencial – era condição para a resolução dos problemas do conhecimento e da ação humana. Ora, o clima teórico predominante na época era marcado pelo combate do positivismo/empirismo/materialismo mecanicista contra o idealismo e a metafísica. E, mais amplamente, pela centralidade epistemológica do sujeito³, codificada por Kant na chamada “revolução copernicana”. Certamente não era inevitável que a essência da propositura marxiana não fosse compreendida, mas estas circunstâncias teóricas, aliadas a outras práticas, a que aludiremos em seguida, tiveram este resultado. De modo que a teoria marxiana foi incompreendida (ciência ou ideologia; economia ou sociologia?) ou entendida como materialismo (histórico) economicista. Parece-nos é consenso que alguns destes problemas já estão presentes – sem que, ao nosso ver, isto signifique nenhuma desqualificação – na obra de Engels e se manifestam com toda a contundência naquele que poder ser considerado, como o faz Preve (1996) o verdadeiro fundador do marxismo dominante no século XX, vale dizer, K. Kaustki. O resultado disto foi a perda daquilo que constituía a marca fundamental da instauração marxiana, ou seja, o seu caráter radicalmente crítico, mas de uma criticidade não fundada no sujeito e sim na realidade objetiva. Daí para diante, o marxismo oscila entre objetivismo e subjetivismo, transformando-se ora em discurso mistificador, ora em “teoria crítica”, ora em teoria reformista.

Por outro lado, com a derrota das tentativas revolucionárias de 1848, o capital teve aberta a possibilidade de um enorme desenvolvimento, o que possibilitou não só a sua reprodução num patamar superior, mas também influenciou poderosamente na entificação da

³ Quando falamos em centralidade epistemológica do sujeito referimo-nos àquela virada que, na transição do feudalismo ao capitalismo, se deu nos fundamentos do conhecimento. Se, nas épocas grega e medieval, o objeto era o eixo a partir do qual se definia o que era verdadeiro ou falso, a partir da modernidade este eixo passou a ser

classe trabalhadora, na medida em que houve uma melhora sensível – sem que isto exclua o papel das lutas sociais – das suas condições de vida. Estava posto – de novo, sem que fosse inevitável – o chão social para o reformismo. Reformismo que começou com a prática da social-democracia alemã, já criticada por Marx e Engels e continuou a aprofundar-se com a impossibilidade de transformação da revolução soviética em revolução socialista⁴, para depois ter continuidade no euro-comunismo e, atualmente, no chamado socialismo democrático.

Deste modo, já desde o fim do século passado, estavam postos os elementos teóricos e práticos que se configurariam como importantes condições para as derrotas futuras do mundo do trabalho.

2.2 – A trajetória do capital

Cada derrota do mundo do trabalho significa a consolidação do capital em nível superior. Assim foi depois de 1848 e depois de 1917. Após 1929 e as duas guerras, abrindo mão, para enfrentar a crise, do postulado anti-intervencionista – típico do liberalismo clássico – o capital, deu a volta por cima, estruturando o chamado Estado de Bem-Estar social, cujas repercussões, em formas específicas, e às vezes invertidas, foram sentidas também nos países periféricos.

O esgotamento das possibilidades de acumulação baseadas neste modelo, levou o capital a responder com a introdução de novas tecnologias e com a remodelação das formas de produção, ao mesmo tempo que a retomar as idéias anti-intervencionistas, ou melhor o intervencionismo adequado à reprodução dos seus interesses neste momento de nova e aguda crise. Nada mais significativo, neste sentido, do que o já mencionado Acordo Multilateral de Investimentos.

Na ausência de uma contraproposta global do mundo do trabalho, dado o abandono do projeto revolucionário em favor do reformismo, o capital enfrentou a nova crise à sua maneira, isto é, lançando mão de todas as medidas, mesmo as mais desumanas, para salvar os seus interesses. As resistências do trabalho, neste contexto, não passam de ações localizadas ou de projetos reformistas, que não extrapolam o campo do capital. Quando, pois, se diz que a esquerda não tem um projeto global contrário ao neoliberalismo, está-se afirmando uma verdade. Proclamar a fé no socialismo, denunciar as injustiças do capitalismo, afirmar a

o sujeito. Deste modo, a verdade já não é concebida como a representação intelectual do objeto, mas passa a ser o resultado do trabalho intersubjetivo.

⁴ Sabemos que o caráter da revolução soviética é ainda motivo de muita discussão. Ao nosso ver, a revolução de 1917 foi aquele momento preparatório a que se refere Marx como sendo a tarefa da política, mas que, dada a precariedade do desenvolvimento econômico e a não efetivação da revolução nos países mais avançados, se viu impedido de explicitar a sua “alma social”.

necessidade da utopia ou e, principalmente, propor uma outra forma, no interior do capital, de enfrentar a situação não é, de modo algum, opor-se à proposta neoliberal. Por isto mesmo, aproveitando-se desta situação de desnorteamento do trabalho, o capital pode se dar ao luxo de oferecer esta forma de sociabilidade extremamente perversa e desumana como a melhor e única alternativa para a humanidade.

O resultado desta trajetória inextricavelmente imbricada do capital e do trabalho se expressou em dois grandes desdobramentos. De um lado, o extravio teórico da esquerda, cujas elaborações foram perdendo, cada vez mais, o caráter crítico-revolucionário original para transformar-se, no máximo, em “teoria crítica”. De outro lado, as transformações ainda hoje em curso na esfera produtiva, com suas inevitáveis repercussões em todos os aspectos da sociabilidade, fazem com que esteja ainda pouco nítida a identidade das diversas partes que compõem o todo social, em especial, aquela do sujeito revolucionário. Há certamente, uma infinidade de aspectos destas transformações em andamento que podem e estão sendo investigados. Mas falta uma identidade mais definida em muitos deles e, de modo especial, naqueles que são fundamentais. Isto dificulta a sua captura teórica e, pior ainda, pode induzir à construção apressada – a que não é infenso aquele extravio teórico acima mencionado – de “objetos teóricos” apenas aparentemente existentes. Tais como o fim do trabalho, o fim da classe trabalhadora, a entronização de uma gama variada de sujeitos revolucionários, etc.

3. Os intelectuais de esquerda e a situação atual

De modo geral, quanto mais intensa é uma derrota, maior é o desnorteamento dos derrotados. Foi que aconteceu com a esquerda após o desmoronamento do chamado socialismo real. Muitos dos intelectuais de esquerda passaram, com armas e bagagens, para o lado vencedor. Outros simplesmente abandonaram a causa e foram cuidar da sua vida particular. Outros ainda, por motivações éticas, políticas ou até religiosas, pretenderam continuar a luta sem aperceber-se da gravidade da situação produzida pelas sucessivas derrotas e pelas novas tarefas por ela impostas. No meio intelectual (especialmente acadêmico e midiático) tornou-se, hoje, de bom tom, para ser aceito pelo “establishment” e para não ser tratado como marginal, adotar uma postura flexível, pluralista, realista e de abertura crítica. O resultado disto é que, ao invés de ver-se fortalecida, a perspectiva do trabalho se vê enfraquecida, na medida em que o debate vai sendo situado cada vez mais no campo do adversário, e isto tanto no campo da elaboração científico-filosófica quanto no campo da prática política. Em resumo, caminhou-se da revolução à reforma, variando apenas quanto ao conteúdo desta. Não seria nada difícil, embora não caiba no espaço deste artigo, aduzir

exemplos, seja na área da filosofia, seja na área das ciências humanas ou nos projetos políticos em curso, que confirmariam esta convergência ao centro da maioria dos intelectuais e partidos políticos.

Neste contexto, os intelectuais verdadeiramente de esquerda – aqueles que defendem – não apenas proclamam, mas sustentam de modo articulado e sólido – a superação radical do capital como *conditio sine qua non* para a entificação da humanidade numa forma superior – são uma ínfima minoria. E é inevitável e justa a pergunta: o que fazer? A que não falta, certamente, uma dose de angústia diante de uma situação tão difícil e na qual, se há sólidas garantias de possibilidade (ontológica), não há nenhuma garantia de viabilidade efetiva. Vale a pena, porém, lembrar que a aposta do trabalho – pois de aposta também se trata, já que o processo histórico é ontologicamente fundado, mas não pré-determinado – tem uma vantagem imensa sobre o capital. Esta vantagem está em que a vitória do capital, pela própria natureza deste, *jamaís* pode ser definitiva (a não ser como suicídio ou como extinção da humanidade) ao passo que a do trabalho *pode* ser definitiva. Poder-se-ia pensar que isto não passa de um “consolo de pobre”, mas não o é de forma alguma. Trata-se, de fato, de uma aposta, mas de uma aposta que está fundada no processo real e além disto é eticamente superior, pois significa uma tomada de posição em favor da realização integral de toda a humanidade e não apenas de uma parte minoritária dela, como não pode deixar de ser a aposta do capital.

De modo que é nesta situação adversa que cabe à intelectualidade de esquerda uma tarefa extremamente importante e complexa: reconstruir a teoria revolucionária⁵. Daí, pois, a importância da idéia de *refundação*, que não deve ser entendida em sentido nem meramente e nem principalmente político, mas no sentido de reconstruir, a partir da própria base, o conjunto da teoria revolucionária. Aliás, seja dito de passagem, tomar esta idéia pelo lado político, ou seja, como organização de um novo (?) partido, ainda que armado de novas (?) idéias, é índice de que não se entendeu, em profundidade, a natureza da crise da perspectiva do trabalho.⁶

Poderia parecer que este preceito conflita com a afirmação acima acerca da inviabilidade da teoria. Tal não é o caso, porque se trata de um processo no qual a reconstrução teórica é um momento importantíssimo do próprio amadurecimento do objeto e especialmente, do objeto enquanto sujeito revolucionário. Como já acentuamos acima: a afirmação acerca da inviabilidade da teoria não se refere a uma impossibilidade de todo trabalho teórico, mas apenas à impossibilidade de uma teorização que, apreendendo o mundo

⁵ Vale ressaltar que não restringimos o sentido deste termo à sua dimensão política, ainda que esta tenha um papel de primeira plana, mas o estendemos ao conjunto da atividade humana, de vez que se trata de transformar o mundo em sua totalidade e não apenas uma parte dele.

nas suas determinações essenciais, pudesse orientar claramente uma intervenção transformadora.

Esta idéia de *refundação* teórica não é nova. Em modos, conteúdos e resultados muito diversos, autores como Lukács, Althusser e Habermas se propuseram reconstruir a teoria marxiana, base da teoria revolucionária. E no Brasil, vários autores também já a mencionaram explicitamente. Entre eles, José Chasin (1983), José Paulo Netto (1993), João Quartim de Moraes (1998) e Marcos del Roio (1998). Reconhecendo todos que a profundidade da derrota de que nos demos conta de alguns anos para cá confere a esta idéia um caráter de ainda maior urgência e radicalidade⁷. E todos eles, apesar do modo diverso de conceber esta tarefa, tendo algo em comum: a afirmação de que é preciso recomeçar com Marx. Portanto, não refundar no sentido de partir *ex nihilo*, nem de refazer algumas categorias, por importantes que sejam, mas no sentido de visitar o conjunto da teoria, *ab ovo*. Começando pelas formulações marxianas que, embora continuando a ser o “horizonte do nosso tempo enquanto perdurar o capitalismo”, na feliz formulação sartriana, também precisam ser reexaminadas e prosseguindo em direção a uma necessária teoria do mundo atual.

Contudo, com respeito a este primeiro passo, é preciso um extremo cuidado, porque as armadilhas são muitas. De imediato, é preciso evitar duas atitudes muito frequentes: em primeiro lugar, o ataque ou a defesa; em segundo lugar, a apressada tentativa de “identificar o que é morto e o que é vivo” no pensamento de Marx. O que se questiona aqui não é nem o ataque ou a defesa, nem a necessidade de revisão, de crítica, de aperfeiçoamento. Tudo isto pode e deve comparecer, sem dúvida, mas apenas num segundo momento. Concordamos com Lukács quando diz que todas as tentativas de “superar” ou de “melhorar” o método marxiano sempre levaram à sua vulgarização ou ao ecletismo. Os exemplos são inúmeros. Por outro lado – questão sempre enfatizada pelos críticos desta proposta – não se trata também de procurar uma mítica e inencontrável pureza da teoria original marxiana, que se oporia à variedade de interpretações. Quanto mais não fosse porque a história não volta atrás. Se fossem necessários exemplos, bastaria lembrar do infundável debate medieval sobre a verdadeira interpretação de Aristóteles.

O que significaria, então, recomeçar? Cremos que entre a *interpretação arbitrária* e a busca da *verdadeira interpretação* existe um *tertium datur*. Não é nossa intenção – nem

⁶ Precisamente, a teoria do partido – sua natureza e sua função social, hoje, em sentido ontológico e não meramente sociológico ou político – é um dos elementos da teoria revolucionária que precisa ser reconstruído.

⁷ Neste sentido, é também sugestivo o título (e o conteúdo) do livro de La Grassa e Preve – *La Fine di una Teoria*. Independente de concordância com as suas idéias (presentes em inúmeros outros livros), vale ressaltar o caráter estimulante da obra pela radicalidade da sua proposta e pelo rigor da sua sustentação, sem que isto dê margem, em momento algum, a qualquer concessão anti-revolucionária.

para isto teríamos capacidade – oferecer uma proposta de conjunto. Pretendemos apenas pontuar uma questão que, por estar no início e ser de crucial importância, decide de todo o encaminhamento seguinte. Antes de partir para o ataque ou a defesa, antes de procurar identificar aspectos positivos ou negativos, antes de buscar lacunas, erros e insuficiências, é preciso identificar o espírito da obra marxiana, o fio condutor, aquilo que dá o eixo a partir do qual se torna compreensível todo o seu ulterior desenvolvimento. Isto não significa, de modo algum, afirmar que a obra é um todo harmônico e homogêneo. Significa apenas apreender os parâmetros – eles mesmos em construção ao longo da obra – que permitem tornar inteligíveis os progressos, as modificações, as lacunas, os erros, as insuficiências. Ou seja, que permitam ver a obra numa perspectiva de totalidade e que, portanto, possibilitem não apenas julgar, com mais rigor, o que há de vivo e o que há de morto, mas por onde passa o caminho do desenvolvimento e do aperfeiçoamento *no sentido do seu fundador*⁸. O não acatamento deste preceito explica, ao nosso ver, porque tantos “erros” e “debilidades” são encontrados na obra marxiana, enquanto as suas verdadeiras falhas passam, muitas vezes, despercebidas. A começar da velha questão da inexistência de um momento filosófico na obra de Marx, passando pela tensão entre momentos deterministas e momentos voluntaristas, pela cesura entre o jovem e o velho Marx, pela dicotomia entre ciência e ideologia, pela inexistência de uma teoria da política, pela ausência de uma “preocupação” com a relação entre o homem e a natureza e uma infinidade de outros “achados”.

O mais grave, porém, não são as lacunas, erros ou insuficiências eventualmente descobertos. Tudo isto existe e não há razão nenhuma para negá-lo. O mais grave é que com isto se perde aquilo que confere à teoria marxiana a sua nota mais distintiva, ou seja, o seu caráter radicalmente crítico e, com isto, a sua capacidade de enfrentar os problemas do nosso tempo, que não são apenas econômicos e/ou políticos, mas dizem respeito à construção de uma nova concepção de mundo, a uma forma essencialmente nova de sociabilidade.. E já foi dito, mas vale a pena repeti-lo uma vez que, conforme o dito latino, *repetita juvant*, esta nova forma de fazer ciência e filosofia, instaurada por Marx, é, por sua própria natureza, crítica e *autocrítica*. E isto, não no sentido corriqueiro da necessidade da crítica intersubjetiva para o progresso do conhecimento, mas no sentido da centralidade ontológica e não epistemológica da sua impositação. O que equivale a dizer que ela permite ter não só o mundo como objeto, mas também a si mesma. Se não se compreendeu isto ou se este caráter autocrítico foi

⁸ Neste sentido, pensamos que a ontologia lukacsiana representa uma das mais fecundas tentativas, exatamente porque satisfaz aquele requisito de restituir ao marxismo a radical criticidade que lhe era própria na sua origem. O prosseguimento crítico realizado por Mészáros (e outros autores), no conjunto da sua obra, mas especialmente em *Beyond Capital*, ilustra, ao nosso ver, a produtividade deste caminho.

interpretado apenas em chave epistêmica, como *vigilância epistemológica*, então não se apreendeu realmente aquilo que mais caracteriza a obra marxiana.

Mais ainda. Todo este trabalho de reconstrução dos fundamentos tem que passar, necessariamente, pelo confronto com as diversas interpretações que foram feitas ao longo da história do marxismo e com as realizações práticas e as transformações sofridas pela realidade até o momento presente.

É evidente que isto não pode ser encarado como uma tarefa meramente teórica, advertência, aliás, já feita pelo próprio Marx., como se fosse possível decidir apenas teoricamente qual o verdadeiro fio condutor da obra marxiana. A reconstrução teórica dos fundamentos deverá sempre ir de par com análises concretas da realidade e com o esforço por transformá-las em atividade prática. Não se trata, portanto, de pensar em momentos cronológicos sucessivos. Primeiro reconstruir os fundamentos, para depois fazer análises da realidade e, mais tarde ainda, levá-las à prática. Tal não é a relação entre teoria e prática, pois todos os momentos se entrelaçam. No entanto, para não deixar margem ao ativismo, tão difundido, hoje, entre a militância de esquerda, vale a pena ressaltar que a articulação entre teoria e prática, antes de ser uma exigência ética ou política, é um imperativo ontológico. O que significa que o conhecimento, o mais adequado possível, do objeto é condição essencial para a sua transformação. E como o objeto é uma unidade de essência e aparência, impõe-se o trabalhoso e áspero caminho da ciência para desvendá-lo.

Pode parecer a alguns que advogar a necessidade de reconstruir a teoria revolucionária e para isto começar buscando o fio condutor da obra marxiana possa levar ao dogmatismo. Nada mais falso, pois como este fio condutor não é nenhuma verdade revelada, ele também é discutível e, além disto, ele não é o fio de uma navalha, mas um campo no interior do qual e a partir do qual o debate não só pode, mas deve se dar.

Concluindo

Uma crise potencialmente revolucionária do capitalismo é algo não improvável, dada a agudização das suas contradições internas. Que esta crise seja transformada em revolução, ou seja, em um processo de superação do capital exige, necessariamente, a intervenção de uma teoria capaz de orientar a prática neste sentido. Sabemos que o amadurecimento tanto do sujeito quanto do objeto é um processo que implica uma boa dose de casualidade. Ninguém pode prever quanto tempo isto levará e nem quando a crise do capital atingirá um momento potencialmente revolucionário. À teoria cabe fazer a sua parte neste processo e, ao nosso ver,

esta parte será tanto melhor realizada quanto mais se tiver consciência da magnitude e da profundidade das tarefas a serem efetivadas.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris, Maspéro, 1965
- CHASIN, J. Marx: Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão. In: *Marx Hoje*, SP, Ensaio, 1987.
- DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas*. SP, Ícone, 1998.
- HABERMAS, J. *Per la ricostruzione del materialismo storico*. Milano, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto, Escorpião, 1974.
- MARX, K. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano”. In: *Praxis*, BH, Projeto Joaquim de Oliveira, n. 5, 1995.
- _____, *Para a crítica da economia política (e outros escritos)*. SP, Abril Cultural, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *Beyond capital*. London. The Merlin Press, 1995.
- MORAES, J. Q. de. O Manifesto e a refundação do comunismo. In: *Crítica Marxista*, n. 6, SP, Xamã, 1998.
- PAULO NETTO, J. Razão, ontologia e praxis. In: *Serviço Social e Sociedade*. SP, Cortez, Ano XV, n. 44, 1994.
- TONET, I. *Democracia ou liberdade*. Maceió, Edufal, 1997.

Marília, setembro de 1998